

Desenho do espaço público como ferramenta para a prevenção da violência

Anika Gärtner

Anika Gärtner é magistra artium em Estudos Regionais da América Latina, pela Freie Universität Berlin, Alemanha; mestre em Ajuda Humanitária Internacional, pela Ruhr-Universität Bochum, Alemanha e Université Louvain-la-Neuve, Bélgica; foi, durante três anos, assistente de programas do UN-Habitat, Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos ; atualmente é oficial de programas UNV Brasil, Programa dos Voluntários das Nações Unidas.

✉ anika_gaertner@web.de

Resumo

O presente artigo tem a finalidade de apresentar e discutir o papel do espaço público para intervenções de prevenção da violência e do crime. Um resumo da importância do espaço público para as interações e a convivência nos centros urbanos e a apresentação das teorias principais de prevenção da violência através de planejamento e desenho urbanos são complementados por uma discussão das possibilidades e limites destas teorias e seus impactos. Duas iniciativas de implementação de projetos urbanos que consideram a relação entre o espaço público e a prevenção da violência ilustram as teorias no contexto brasileiro. Ao mesmo tempo, o artigo visa discutir o uso intuitivo das teorias espaciais por parte de grupos criminosos, expondo alguns exemplos da realidade brasileira.

Palavras-Chave

Segurança urbana. Espaços públicos. Desenho e planejamento urbanos. Prevenção da violência.

Quando, em janeiro deste ano, policiais civis de várias delegacias do Rio de Janeiro fizeram uma operação na comunidade da Mangueira, zona norte da cidade, uma das descobertas mais impressionantes foi a de uma fortaleza construída pelos traficantes no alto do morro. O muro de concreto e ferro dava proteção para os traficantes, além de possibilitar uma ampla visão das vias de ligação mais importantes da zona norte até o centro da cidade. Esse exemplo mostra como conceitos de limitar territórios, exercer uma observação permanente e controlar acessos através do desenho de espaço vêm sendo utilizados por grupos criminosos e traficantes. Mas qual é exatamente a importância do espaço e a sua relação com a violência?

Este artigo procura discutir o papel do espaço público para intervenções de prevenção da violência, as possibilidades e limitações e a experiência brasileira dos últimos anos.

Os centros urbanos e o espaço público

O mundo está passando por uma transformação crucial. Pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial mora em centros urbanos, segundo recentes projeções das Nações Unidas (UN-HABITAT, 2007, p. 9). Essa tendência aumenta a pressão

sobre as cidades de absorver o crescimento populacional e oferecer possibilidades para todos terem uma vida digna. Está bem documentado e pesquisado o papel da cidade como espaço privilegiado de encontro físico, de relações pessoais, intercâmbios econômico, intelectual, cultural e social, bem como a importância da qualidade de acesso e a participação dos moradores nas dimensões econômicas, sociais, ambientais e políticas (CASTAÑEDA; GARCIA, 2007, p. 37). Além da sua dimensão física, a cidade é lugar de convivência e criação coletiva, formando um conjunto complexo de determinadas variáveis e, portanto, qualquer intervenção no funcionamento e na vida urbana deve considerar essa diversidade. Ao mesmo tempo, essas variáveis manifestam-se no espaço urbano físico, onde especialmente se expressa a diversidade do mundo urbano e se produz o intercâmbio entre os moradores, sendo que a qualidade, a multiplicação e a acessibilidade dos espaços públicos definem o grau de cidadania. Na tentativa de aumentar a segurança nas cidades, pode-se observar a tendência de se fecharem os espaços públicos, levando a um círculo vicioso entre abandono e multiplicação de medo e insegurança. São necessárias não somente políticas de prevenção e políticas repressivas ou ostensivas aliadas a políticas sociais, econômicas e culturais para romper esse círculo, mas também uma política dirigida aos espaços públicos, como será mostrado neste artigo (BORJA, s/d, p. 20-26).

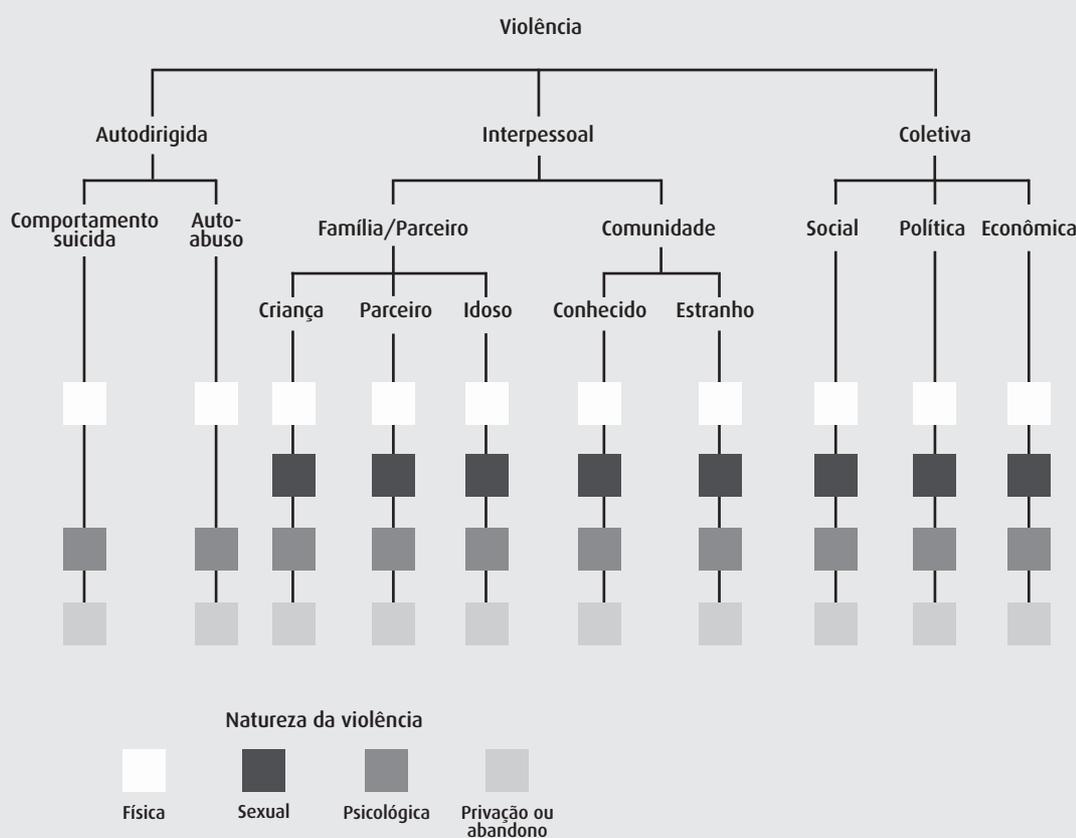
Violência e prevenção – definições

Para apresentar uma análise abrangente da prevenção da violência, deve-se começar pelas definições de suas várias formas para desenvolver a base deste artigo. A Organização Mundial da Saúde, no seu informe *World Report on Violence and Health* (WHO, 2002), define a violência como o uso intencional de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa, ou contra um grupo ou a comunidade que resulte ou tenha uma alta probabilidade em resultar em ferimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. A tipologia proposta pela OMS divide a violên-

cia em três amplas categorias: autodirigida; violência interpessoal; e violência coletiva.

Como apresentado no Quadro 1, essas categorias são subdivididas com a intenção de melhor refletir tipos mais específicos de violência. O quadro ainda ilustra a natureza dos atos violentos, que pode ser física, sexual, psicológica e/ou relacionada à privação ou ao abandono. Essa tipologia supera, de certa forma, outras tipologias propostas, pois capta a natureza dos atos violentos, a relevância do cenário, a relação entre agente e vítima e as possíveis motivações para um comportamento violento.

Quadro 1
Tipologia da violência



Fonte: Organização Mundial da Saúde – OMS

A prevenção da violência é um conceito complexo. O fundamento central é o de evitar a ocorrência de crimes e atos violentos. A prevenção visa tanto a diminuição da taxa de ocorrências como a melhora da percepção da insegurança, sendo altamente pró-ativa, já que a idéia é precipitar os fatos por meio de intervenções antecipatórias de políticas públicas. Geralmente, a prevenção da violência divide-se em três categorias:¹ primária, secundária e terciária. A prevenção primária tenta mudar condições gerais que têm influência básica sobre a população em geral. Intervenções podem ser dirigidas a pessoas, lugares e situações que favoreçam a violência. O foco da prevenção secundária concentra-se mais em indivíduos, grupos ou condições sociais que tenham um alto risco de participarem de futuras ações violentas e criminosas. Esse tipo de prevenção tenta interferir para evitar o desenvolvimento de um comportamento violento em certos grupos de risco previamente identificados. Finalmente, a prevenção terciária desenvolve medidas para evitar a recorrência de delitos e trabalha principalmente com pessoas que já cometeram delitos.

Tanto a tipologia da violência como as três categorias de prevenção têm impacto espacial importante, embora esse não esteja incluído especificamente nas próprias definições e tipologias que não relacionam o tipo de violência ou prevenção com o lugar da ocorrência. A tipologia das OMS concentra-se nas vítimas e nos agressores; cenário que vem sendo completado pela natureza da violência e, no caso da violência coletiva, pela motivação. As categorias mais comuns de prevenção também fazem pouca referência

aos lugares dos crimes e à importância deles para uma prevenção exitosa.

Cada delito ou ato violento pode ocorrer basicamente em dois tipos de cenário: espaço público (roubo e furtos em ruas, por exemplo); e espaço privado (delitos como violência doméstica e intra-familiar). Cabe ressaltar que a maioria dos tipos de violência, seguindo o modelo da OMS, pode ocorrer tanto em espaços públicos quanto nos privados, embora com frequências e/ou probabilidades específicas, como mostram dados levantados com a ajuda de georreferenciamento de delitos.

Este artigo refere-se exclusivamente ao espaço público, concentrando-se nos delitos espontâneos que ocorrem em espaços públicos favoráveis a estas ocorrências, tais como áreas abandonadas e mal iluminadas ou com pouca movimentação. Assassinatos planejados, crime organizado, tráfico de drogas ou violência política, para citar alguns exemplos, não podem ser evitados por simples intervenções espaciais.

Espaço público e a prevenção do crime

Nos últimos vinte anos, a delinquência e a violência chegaram a ponto de não mais serem vistas exclusivamente como problemas meramente criminais, mas também como reais obstáculos ao desenvolvimento, especialmente em áreas urbanas. Um dos maiores impactos da delinquência e insegurança é a impossibilidade de se reivindicar o uso da cidade e seus espaços. Como consequência, uma forma de isolamento voluntário de seg-

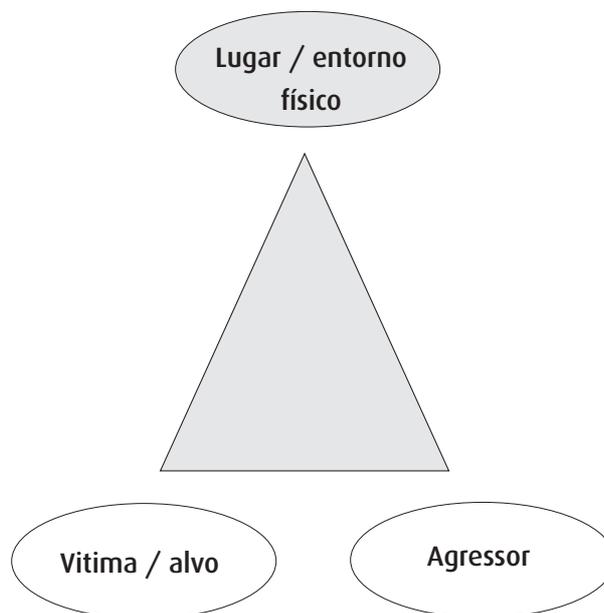
mentos importantes da população urbana, tais como mulheres, afeta não somente a mobilidade, mas também a inclusão econômica e social destes segmentos. A planificação, o desenho e a gestão urbana e física podem contribuir com a prevenção da criminalidade e da violência nas cidades, por meio de intervenções integradas que incorporam a melhora estratégica e sistemática dos espaços públicos. A combinação de princípios de desenho e gestão, quando implementada de forma inovadora e consistente, pode criar um ambiente que aumenta a segurança urbana e a confiança dos investidores, fortalecendo a interação social e cultural. Ao mesmo tempo, grupos criminosos, principalmente traficantes, estão aplicando os mesmos conceitos, muitas vezes intuitivamente, para os seus próprios méritos, criando “espaços seguros” para cometer delitos e exercer poder.

Para entender o papel do entorno físico para a prevenção do crime e da violência, é fundamental estar ciente dos elementos relacionados com um determinado ato criminoso. Segundo o triângulo do crime, três fatores são decisivos e influenciam o próprio ato criminoso: o alvo/a vítima, o agressor e o lugar/entorno físico do delito.

Crimes e violência, em geral, sempre acontecem em um entorno físico específico e, assim como estratégias dirigidas ao agressor (prevenção social) e à vítima (redução de risco) têm que fazer parte de todas as iniciativas de prevenção da violência e do crime, a gestão e o planejamento urbano também ocupam um papel decisivo. Um determinado entorno físico pode atrair delinquentes, facilitar delitos, impedir ou dificultar detenções e aumentar a insegurança em geral.

Portanto, intervenções no ambiente urbano, que reduzam as oportunidades para a prática de crimes e da violência e aumentam a percepção de segurança, são indispensáveis.

Gráfico 1 Triângulo do crime



Fonte: *Crime Prevention through Environmental Design – CPTED*

O planejamento urbano pode criar condições gerais para segurança em espaços públicos, através de iluminação, uso diversificado de espaço, uso após o horário comercial e nos fins de semana, visita livre e demais intervenções físicas. Espaços onde existe uma alta percepção de insegurança são, muitas vezes, resultado de um uso reduzido, tornando-se menos atraentes e, conseqüentemente, vazios. Portanto, urbanistas têm que cumprir uma responsabilidade não só estética, mas também social, levando em conta o uso do espaço por eles criado.

As conseqüências de um espaço público violento levam a um processo de negligência, abandono e deterioração geral, atrapalham interações civis e sociais saudáveis, afetam negativamente as atividades econômicas, criam bairros ilhados e controlados por poderes não estaduais e podem chegar a estigmatizar e excluir certos grupos da convivência e interação com a sociedade. Uma série de causas diversas influencia negativamente o nível de insegurança percebido em espaços públicos, tais como: gerenciamento inadequado de processos de urbanização que resultam numa falta de serviços e equipamentos de bens comuns; falha contínua de incorporação de assuntos de segurança pública em políticas de governança urbana; existência de espaços abertos, pouco protegidos e sem gerenciamento; e falta de apropriação e proteção informal por parte dos moradores. Uma estreita relação entre os conceitos espaciais e sociais do espaço público é óbvio e, portanto, intervenções têm que ser de caráter integrado e de ações múltiplas.

O desenvolvimento das teorias espaço-sociais

Algumas considerações acerca do desenvolvimento de teorias vinculadas ao papel do planejamento urbano e desenho de espaço público para tornar as cidades mais seguras mostram o amadurecimento do conceito, partindo de uma abordagem exclusivamente física e espacial (NEWMAN, 1973), até chegar a um conceito completo e integrado analisando e levando em consideração vários aspectos que influenciam um determinado crime (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1991).

O papel do espaço público e o desenho do mesmo como estratégia de prevenção do crime e da violência surgiram, na década de 70, com as teorias de Oscar Newman sobre o espaço defensável (*defensible space*, no original), seguido pelo conceito de Prevenção do Crime através de Desenho Ambiental (*Crime Prevention through Environmental Design*), até a prevenção situacional, nos anos 90, e a criminologia ambiental. Todas essas teorias receberam amplo apoio empírico, por meio de uma variedade de pesquisas científicas, destacando e comprovando a importância de planejamento urbano e desenho adequado de espaços públicos para contribuir com a melhora da segurança nas cidades.²

Defensible space / espaço defensável

Em 1969, Oscar Newman criou essa expressão para descrever uma variedade de mecanismos para a vigilância, objetivando o controle do ambiente por parte dos seus moradores. O conceito inicial visava devolver áreas públicas em zonas residenciais para uso produtivo dos moradores. Espaços que antes eram considerados além do controle dos moradores, tais como portarias, entradas e ruas adjacentes, tornaram-se acessíveis aos mesmos. Os espaços defensáveis, segundo Newman, desenvolver-se-iam em uma hierarquia social e espacial, partindo do espaço privado, através dos espaços semiprivado e semipúblico, até o público.

Para aumentar a segurança em espaços urbanos, Newman define quatro elementos de desenho físico que podem ser aplicados individualmente ou em conjunto. A definição territorial refere-se ao entorno físico como área de baixa influência dos moradores. O entorno re-

residencial é subdividido em parcelas das quais os moradores se sentem parte e desenvolvem um processo de apropriação. Os moradores tornam-se responsáveis pelo funcionamento adequado e a manutenção destas parcelas. O segundo elemento, a vigilância natural, visa posicionar as janelas dos apartamentos de tal maneira que os moradores possam observar seu entorno público, tanto exterior como interior, de forma natural. A idéia é evitar espaços sem vigilância nenhuma, permitindo assim uma supervisão de áreas abertas, o que possibilita o uso seguro por parte dos moradores. A forma de construção do terceiro elemento tenta adaptar os prédios de tal forma que evitem a transmissão de vulnerabilidade e isolamento dos seus moradores. O elemento é a localização compatível dos prédios. Através de uma localização adequada de prédios residenciais junto a áreas urbanas com funções “seguras”, aumenta-se a segurança.

Crime Prevention through Environmental Design – CPTED

Essa teoria foi desenvolvida inicialmente por C. Ray Jeffrey, que a publicou em um livro com o mesmo nome, em 1971. A metodologia foi utilizada de formas diversas por uma variedade de pesquisadores e teóricos e sofreu vários ajustes e mudanças durante a sua história. É importante destacar que a teoria de Newman baseia-se nas observações de Jeffrey, mas o modelo desse último autor é mais compreensivo e integrado se comparado com o de Newman, que se concentra no ambiente físico construído.³

Considerando-se as aproximações diversas e as mudanças da metodologia, constata-se que cinco princípios servem como orientação du-

rante a preparação de estratégias de prevenção através do desenho ambiental:

- vigilância natural e visibilidade dos espaços públicos por meio de um planejamento adequado;
- imagem e estética, manutenção dos elementos de um determinado espaço público e eliminação de imagens negativas de uma área ou prédio;
- territorialidade e espaços defensáveis, fortalecimento de laços afetivos nas comunidades através do desenho ambiental como facilitador de relações sociais e gerador de sentimentos de apropriação;
- vigilância de rotas de acesso e de fuga, entradas e saídas, em pontos estratégicos, “reforçando a vítima” / o alvo (*target-hardening*), o fortalecimento físico de um alvo ou da vítima para reduzir sua vulnerabilidade ou atratividade para um possível agressor.

Prevenção situacional

O conceito da prevenção situacional foi desenvolvido, inicialmente, por Ronald V. Clarke (1980), nos anos 1980, e continua sendo ampliado e modificado através de um intercâmbio freqüente entre criminologistas, levando em conta os resultados de pesquisas recentes. Prevenção situacional visa mudar as condições físicas e ambientais que nutrem o crime e a percepção de insegurança, através de desenho e planejamento urbanos melhores. Esse tipo de prevenção baseia-se na análise estratégica de um território específico, identificando as oportunidades para ocorrência de atos criminosos, bem como levantando informações sobre grupos e situações de risco, com o objetivo de reduzir as oportunidades para a prática de

crimes. A prevenção situacional pode ser utilizada nos três níveis de prevenção – primária, secundária e terciária – e considera a violência dentro de um marco analítico em que atos criminosos estão sendo avaliados em um contexto maior e como resultado de uma seqüência de decisões humanas.

Criminologia ambiental

A metodologia da criminologia ambiental foi desenvolvida, no final dos anos 1980, por Paul e Patricia Brantingham e leva em conta fatores contextuais e de entorno que possam influenciar atividades criminosas. A metodologia vai além do “triângulo do crime”, ao adicionar mais dois fatores importantes, totalizando cinco elementos – espaço, tempo/hora, leis, agressor e o alvo ou a vítima –, que, em conjunto, são imprescindíveis para a ocorrência de crimes. Em outras palavras, todos os delitos apresentam informações sobre esses fatores e não ocorrem se todos esses cinco elementos não estiverem presentes. Até o desenvolvimento desta metodologia, os fatores foram estudados de forma separada segundo as respectivas áreas de estudo.

O levantamento das dinâmicas espaciais de delitos é imprescindível antes de qualquer implementação de estratégia de prevenção. Somente após análise rígida georreferenciada é possível avaliar o impacto que uma intervenção que inclua o desenho urbano espacial possa ter sobre os delitos em questão.

O contexto brasileiro

Para o desenho de estratégias preventivas em áreas urbanas de risco, a implementação

de ferramentas de espaços defensáveis ou de CPTED sempre depende de certas considerações sobre a viabilidade do modelo em determinados contextos sociais, econômicos e culturais. Cabe lembrar que a replicabilidade do modelo com o mesmo grau de efetividade, em áreas com realidades diferentes, sempre tem que ser questionada.

No Brasil, iniciativas de prevenção da violência por meio de desenho e planejamento urbano desfrutaram, de forma inicial, do intercâmbio metodológico com outros países da América Latina, nos quais projetos, já em execução, e primeiros resultados contribuíram para o desenvolvimento de iniciativas nos contextos culturais e sociais do Brasil. Mesmo assim, é importante mencionar que, tanto no Brasil quanto na região da América Latina, o âmbito de teorias de desenho e planejamento urbanos como forma de prevenção é muito recente no que tange a implementação de estratégias integrais. Portanto, é difícil encontrar exemplos que, desde o início, integraram a redução de delitos de oportunidade e o aumento da percepção de segurança – itens essenciais para essas estratégias – como objetivos principais (RAU, 2007).

A realidade dos grandes centros urbanos brasileiros significa um desafio para a aplicação das metodologias mencionadas no decorrer deste texto, já que o contexto de falta de infra-estrutura básica nas comunidades de baixa renda requeriria e ainda requer uma aplicação local especial das metodologias, cujo uso ainda é recente. Devido à complexidade geográfica e às complexas condições sociopolíticas, as metodologias devem ser adaptadas à diversidade e

às possibilidades de ação no marco das necessidades locais.

Em áreas urbanas específicas, como no caso das comunidades de baixa renda no Brasil, a viabilidade deste tipo de intervenção depende de uma série de considerações. A experiência do uso das ferramentas de desenho e planejamento urbano inclui objetivos muito mais amplos do que o simples fato de resolver a problemática dos índices de criminalidade; elas visam uma melhoria geral das condições de vida e convivência nos espaços que passaram por uma intervenção segundo as metodologias aqui em questão.

No Brasil, são duas as experiências mais relevantes no que se refere à implementação de projetos para remodelação de áreas urbanas carentes, considerando a prevenção da violência como valor agregado. Como uma das mais avançadas propostas de integração de áreas carentes, o Programa Favela-Bairro vem sendo implementado na cidade do Rio de Janeiro, desde 1994, sob a responsabilidade de várias secretarias da prefeitura. O programa alia a melhoria do espaço público através de intervenções, tais como saneamento básico, pavimentação e abertura de ruas e iluminação pública, à prestação de serviços e à implementação de programas sociais nas áreas de educação, esporte, geração de emprego e renda. Portanto, o programa vai além de meras intervenções físicas, tornando-se um programa integrado tanto no caráter das intervenções como na integração de secretarias e atores locais do âmbito governamental e da comunidade (SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2003).

O segundo exemplo brasileiro que inclui características da prevenção da violência através de desenho urbano e, em específico, da teoria do CPTED, vem sendo implementado nos municípios de Olinda e Recife, desde novembro de 2003, com apoio do Banco Mundial. O objetivo principal é a capacitação de funcionários das prefeituras e algumas intervenções em comunidades carentes locais no marco do projeto Prometropole, utilizando a metodologia do CPTED entre diversas outras (RAU, 2007).

Algumas críticas mais comuns

Os diversos conceitos de prevenção da violência e redução do crime através de planejamento e gestão urbanos vêm enfrentando tempos difíceis devido a uma série de obstáculos. A falta de recursos para realizar as mudanças físicas e operacionais necessárias para aplicar as metodologias é um deles. Ao mesmo tempo, a ausência de consenso por parte das autoridades locais, arquitetos, urbanistas e usuários do espaço dificulta o processo de tomada de decisão. A resistência diante das mudanças e de um planejamento cooperativo e participativo imprescindível para o uso das metodologias complica a situação ainda mais. E, por último, persistem os preconceitos e dúvidas quanto a resultados que possam ser obtidos através das intervenções mencionadas.

Esse último obstáculo merece uma análise mais detalhada, já que é difícil relacionar o sucesso de certas intervenções preventivas unicamente ao fato de terem sido incluídos aspectos de planejamento espacial. Em al-

guns casos, de porte mais simples, modificações urbanísticas estão mostrando efeito, como no caso da redução de assaltos e, principalmente, de estupros numa rua escura cortando terrenos baldios num município do Rio de Janeiro. A limpeza dos terrenos, sua transformação urbanística para uso comum e a iluminação pública eliminavam a problemática específica desta rua.⁴ Mas esse tipo de intervenção não teve nenhum impacto de longo prazo sobre o comportamento dos criminosos que ali cometeram seus delitos. A área de atuação deles foi simplesmente trasladada para outro bairro com características favoráveis, mas não afetou a predisposição dos infratores de violar a lei. Eis exatamente uma das controvérsias maiores referentes à prevenção através do desenho de espaços públicos: a crítica tem sua ênfase na influência da decisão da pessoa com intenções criminosas de cometer um crime em certos lugares a certas horas, fato descuidado por estratégias de intervenção espacial. Pessoas prestes a violar a lei tomam essa decisão com base em percepções de necessidades, avaliação de riscos de serem detidos, lucro esperado e demais fatores relacionados. O argumento é que um delito mais difícil de ser cometido, com risco maior e com menos lucro esperado é menos provável de acontecer. A consequência, muitas vezes, é o simples traslado da vítima ou do infrator para outro lugar mais favorável para a ocorrência do mesmo crime.

Planejamento urbano e desenho do espaço público contribuem para a melhoria de segurança do lugar de intervenção, mas existe a possibilidade de que o crime simplesmente mude para outra área menos protegida.

A prevenção através de intervenções urbanas é muito mais estreita no seu foco do que, por exemplo, a prevenção social que também leva em conta o porquê do infrator cometer esse delito. Em geral, ainda é uma tarefa complexa e complicada medir o impacto de intervenções urbanísticas sobre as estatísticas da violência. Mas uma análise detalhada dos delitos em combinação com vários tipos de prevenção, inclusive aquela dirigida ao desenho urbano, faz com que a tarefa seja pelo menos viável.

A manipulação do espaço por parte de grupos criminais

O exemplo de controle territorial por parte de grupos de traficantes, mencionado no início do artigo, mostra claramente um uso perverso dos conceitos de prevenção através do desenho ambiental. As observações vêm sendo apoiadas por várias pesquisas, tal como a de Randall Atlas (1991) sobre o uso de CPTED e outras teorias por parte até mesmo de grupos criminosos quando cometem desde pequenos furtos e roubos nas ruas até o controle territorial de determinados bairros. Essas observações podem ser comprovadas facilmente na realidade brasileira. Dados georreferenciados sobre uma série de delitos comuns que ocorrem com frequência nos grandes centros urbanos brasileiros apontam determinados lugares onde se concentram certos tipos de crime. Assim, a escolha do lugar para serem cometidos tais crimes depende de fatores como rotas de fuga de fácil acesso, má iluminação, pouca frequência de pedestres e outros fatores que, em seu conjunto, diminuem a possibilidade de o agressor ficar detido após cometer o crime.

O uso, ou a manipulação, do espaço público como aliado para cometer delitos vem sendo utilizado também, mas em escala maior, pelas diversas frações do tráfico ou outros grupos de controle territorial, tais com as milícias. Esses grupos usam o espaço para levar vantagem adiante das invasões por parte de grupos rivais ou da polícia, através de esquemas de vigilância do território que permitem um controle completo da área em questão. Ao mesmo tempo, barreiras nas ruas mais amplas de acesso tentam dificultar a circulação e a invasão e aumentam o controle ainda mais.

Dois pré-requisitos facilitam o uso de teorias de desenho espacial e planejamento urbano por parte de grupos criminosos: a grande quantidade de recursos financeiros disponível para realizar as mudanças físicas necessárias; e o poder de decisão unilateral sem a necessidade de chegar a um consenso entre todos os usuários e atores de um determinado espaço.

A vigilância natural como forma de prevenir a ocorrência de crimes e atos violentos está sendo usada de maneira extrema e perversa, para garantir a integridade do território e resulta em uma verdadeira apropriação do espaço por parte dos grupos que lhe estão dominando.

Conclusões

A gestão e o planejamento urbano, assim como o gerenciamento integrado de espaços públicos, possuem papel decisivo para melhorar a segurança nas cidades e têm que ser

reconhecidos, pois trata-se de importantes ferramentas para integração social, desenvolvimento de uma observação informal e apoio a estratégias de prevenção de vários tipos, tais como recreação, cultura, arte e participação civil. Planejamento urbano, que inclui a temática da segurança, adiciona medidas importantes ao desenvolvimento urbano, considerando as necessidades da população menos privilegiada e vulnerável, como crianças e jovens, muitas vezes as vítimas e os perpetradores principais da violência, e preocupações de gênero.

A ênfase está na dimensão social de espaços públicos e direciona-se a fatores que aumentem a sensação de segurança nestes espaços, através de estratégias para prevenção do crime e da violência, combinando respostas situacionais, sociais e institucionais para melhorar a qualidade de vida nos espaços públicos e, finalmente, nas cidades. Portanto, cabe destacar a importância de agregar princípios de segurança ao planejamento urbano ou aprimoramento de espaços já construídos e de integrar iniciativas espaciais e sociais para enfrentar o desafio coletivo de elevar a segurança nas cidades.

Várias respostas foram desenvolvidas nas últimas décadas para reduzir e prevenir o crime e esse artigo apresentou uma linha de intervenção. Mas é importante lembrar que todas as estratégias devem incorporar processos multidisciplinares e interinstitucionais, cujos atores incluem as forças da lei, urbanistas e arquitetos, autoridades municipais, membros de conselhos locais e de comunidades, educadores e demais organismos e pessoas que trabalham no desenho de espaços públicos.

1. Essas categorias foram desenvolvidas inicialmente por Brantingham e Faust (1976).
2. A seqüência das teorias corresponde à informação dada em UN-Habitat (2007, p. 69). As teorias também podem ser agrupadas de forma diferente, segundo a fonte em questão.
3. Tanto Jeffery como Newman encontram as bases das suas teorias nas obras previas de Elizabeth Wood, Jane Jacobs e Shlomo Angel.
4. O relato desta intervenção foi dado por representantes da Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

ATLAS, Randall. **The other side of CPTED**. Security Management, 1991. Disponível em: www.crimewise.com/library/theother.html.

BORJA, Jordi. "Espacio público y espacio político". In: DAMMERT, L. **Seguridad ciudadana** – experiencias y desafíos. Red 14, Programa URB-AL, Viña del Mar, Reimco Ltda., s/d.

BRANTINGHAM, P.J.; BRANTINGHAM, P. L. **Environmental criminology**. Prospect Heights, Illinois, Waveland Press, 1991.

BRANTINGHAM, P.J; FAUST, F.L. A conceptual model of crime prevention. **Crime and Delinquency**, vol. 22, n.3, p. 284-296, 1976.

CASTAÑEDA, Alberto; GARCÍA, Jon. **Hábitat y espacio público**. El caso de los vendedores informales en el espacio público físico de Bogotá. Bogotá, Alcaldía Mayor de Bogotá, Secretaría de Gobierno, Instituto para la Economía Social, PNUD, ONU-Hábitat, 2007.

CLARKE, R.V. Situational crime prevention: Theory and practice. **British Journal of Criminology**, vol. 20, n. 2, p. 136-147, 1980.

CLARKE, R.V. **Situational crime prevention: successful case studies**. 2 ed. Albany, New York, Harrow and Hestion, 1997.

JEFFREY, C.R. **Crime Prevention through Environmental Design**. 2 ed. Beverly Hills, Sage, 1997.

NEWMAN, Oscar. **Defensible space: crime prevention through urban design**. New York, Macmillan, 1973.

RAU, Macarena. Prevención situacional en América Latina y el Caribe. In: ALDA, E.; BELIZ, G. **¿Cuál es la salida?** La agenda inconclusa de la seguridad ciudadana. Washington, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Das remoções à célula urbana** – Evolução urbano-social das favelas do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2003 (Cadernos da Comunicação).

UN-HABITAT (United Nations Human Settlements Programme). **Global report on human settlements 2007** – Enhancing urban safety and security. London, Earthscan, 2007.

WHO – World Health Organization. **World report on violence and health**. Geneva, WHO, Capítulo Violência: um problema global de saúde pública, 2002. Disponível em: www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0.pdf.

Desenho do espaço público como ferramenta para a prevenção da violência

Anika Gärtner

Resumen

Diseño del espacio público como herramienta para la prevención de la violencia

El presente artículo tiene la finalidad de presentar y discutir el papel del espacio público para intervenciones de prevención de la violencia y del crimen. Un resumen de la importancia del espacio público para las interacciones y la convivencia en los centros urbanos y la presentación de las principales teorías sobre la prevención de la violencia por medio del planeamiento y diseño urbanos es complementado por una discusión sobre los alcances y límites de estas teorías y sus impactos. Dos iniciativas de implementación de proyectos urbanos que consideran la relación entre el espacio público y la prevención de la violencia ilustran las teorías en el contexto brasileño. Al mismo tiempo, el artículo tiene como objetivo discutir el uso intuitivo de las teorías espaciales por parte de los grupos criminales, exponiendo ejemplos de la realidad brasileña.

Palabras Llave: Seguridad urbana. Espacios públicos. Diseño y planeamiento urbanos. Prevención de la violencia.

Abstract

Design of public space as a tool for the prevention of violence

The current article aims to present and discuss the role of public space as an intervention for the prevention of violence and crime. A summary of the importance of public space for interaction and cohabitation in urban downtown areas and the presentation of principle theories of the prevention of violence through urban planning and design are complemented by a discussion of the possibilities and limits of these theories and their impacts. Two initiatives of urban project implementation that consider the relationship between public space and the prevention of violence illustrate theories in a Brazilian context. At the same time, the article aims to discuss the intuitive use of special theories applying to criminal groups, expanding on some examples in the current Brazilian situation.

Keywords: Urban safety. Public spaces. Urban design and planning. Violence prevention.

Data de recebimento: 30/04/08

Data de aprovação: 09/06/08